

QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM PAÍSES PERIFÉRICOS DIANTE DOS APELOS DA GLOBALIZAÇÃO - O CASO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Juliana Lando Canga

julianacanga@gmail.com

Instituto Superior de Serviço Social - ISSS

Alfredo Gabriel Buza

buzaalfredo@yahoo.com.br

Universidade 11 de Novembro – UON

RESUMO

A comunicação objectiva apresentar as vias para a qualidade do ensino superior em Angola, diante dos apelos da globalização. A metodologia foi a pesquisa bibliográfica, a análise do discurso e a observação. Foram identificados alguns eixos para análise, a saber: a auto-gestão humana e a gestão de recursos humanos, administrativa, financeira e patrimonial; Qualificação dos docentes e trabalhadores não docentes; Perfil de entrada dos discentes; Ensino, investigação e extensão. A questão da qualidade do ensino superior é uma preocupação de todos, começando pelo Chefe do Executivo, quando no seu discurso de investidura como Presidente eleito da República de Angola, afirmou: “Começamos por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para melhorar a qualidade do ensino que é prestado nas nossas escolas e universidades”. Um ano depois no discurso sobre o estado da Nação afirmou: “A grande prioridade a este nível terá de ser também uma clara melhoria da qualidade do ensino ministrado e que o mesmo responda às necessidades do país, conforme previsto no Plano Nacional de Formação de Quadros”. Concluiu-se que a qualidade precisa ser vista de forma multifacetada, enquadrando o conceito ao contexto, evitando-se a excessiva análise de meras estatísticas. O ensino superior deve transpor o copiar colar e pautar pela clareza e rigor visando a qualidade de ensino. É preciso que as normas sejam produzidas e cumpridas, sem excluir algumas das conquistas e missões da academia, o direito de criar, pensar, debater e de produzir conhecimento. É preciso que as formulas e receitas não sejam importadas em nome da globalização, sem que sejam analisadas com precisão, quanto ao efeito e o impacto da novidade no contexto angolano.

Palavras-chave: Qualidade; Ensino Superior; Globalização;

QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR EM PAÍSES PERIFÉRICOS DIANTE DOS APELOS DA GLOBALIZAÇÃO - O CASO DA REPÚBLICA DE ANGOLA

Juliana Lando Canga

julianacanga@gmail.com

Instituto Superior de Serviço Social - ISSS

Alfredo Gabriel Buza

buzaalfredo@yahoo.com.br

Universidade 11 de Novembro – UON

1. INTRODUÇÃO

Os debates em torno da qualidade do ensino superior têm tomado longos tempos e intensas discussões em círculos acadêmicos e não acadêmicos. Os olhares, quando se voltam para o ensino superior através da universidade ou institutos de ensino superior, acenam tendências de que o ensino superior entre os vários mundos vem perdendo os objectivos principais da sua existência, se concentrando na reprodução de conhecimento, prestação de bens e serviços para a manutenção das economias e a oferta de uma formação virada para o emprego.

De um lado, observa-se que, nos países periféricos, como o caso de Angola, observa-se claramente os sinais da modernidade e também as evidências da sua descontinuidade, através da desestruturação social, política, económica e cultural perpetuando as assimetrias regionais ou locais. Essas evidências são perceptíveis, apesar da mobilização de esforços pelas estruturas do Estado e das diferentes organizações não-governamentais para a diminuição destes abismos entre dois mundos do mesmo contexto geográfico quer seja nacional, provincial ou municipal.

Por outro lado nos países onde a modernidade se concretizou através da civilização dos bárbaros, do surgimento do capitalismo industrial, do refinamento das tecnologias, da automação nas instituições de modo geral, com a forte presença da globalização vivem as consequências da modernidade, manifestadas através da crise do eu, do egocêntrico, do desemprego em massa, das questões ambientais, das ameaças guerras, da insegurança entre outras consequências constituindo assim a sociedade de risco e incerta como muitos pensadores o sintetizam.

Diante do marasmo em que a civilização se encontra, olha-se para o ensino superior como sendo o “salva vidas” do planeta para a manutenção da espécie na

terra, tendo como o ponto de convergência a qualidade do ensino superior como instrumento primordial para a formação de Recursos Humanos capacitados e com habilidades para dar respostas e encontrar soluções aos problemas que ameaçam a sociedade.

O Objectivo da presente comunicação é apresentar quais as vias para se buscar a qualidade do ensino superior em países como Angola, considerando os apelos crescentes e cada vez mais intensos da globalização.

É importante entender que a globalização neste contexto não é visto como um acto, como um ponto final. Mais, como um processo, algo dinâmico, que altera em função do contexto, mais que move-se em direcção a integração. Logo, globalização é aqui considerada como um processo de integração, envolvendo povos e nações, culturas e tradições, religiões e crenças, economias, mercados, moedas, aspectos sociais e políticos ao ponto de colocar em análise o próprio conceito de soberania.

Para este estudo utilizou-se como metodologia de investigação a pesquisa bibliográfica, a análise do discurso e a observação. A primeira foi decorrente da avaliação através da leitura de vários textos que abordam sobre o ensino superior, quer no contexto mundial como angolano, incluindo aqui a legislação que vêm sendo produzida e utilizada. Inclui neste cenário também a literatura existente sobre a qualidade do ensino superior, uma discussão que hoje preocupa muitos países.

A segunda metodologia, relacionada com a análise do discurso, foi usada através uma apreciação dos diferentes pronunciamentos dos titulares de funções de Estado e do Executivo, dos Departamentos Ministeriais e não só, sobre esta matéria nos mais diversos eventos e ocasiões. Destaca-se aqui, o Discurso proferido na Cerimónia de Tomada de Posse, e sobre o estado da Nação, proferidos pelo Presidente da República.

Finalmente a terceira metodologia, consistiu na observação através da identificação da Praxis dos diferentes autores ligados ao subsistema do ensino superior.

Para o efeito foram definidos alguns eixos para análise a saber: a auto-gestão humana e a gestão de recursos humanos, administrativa, financeira e patrimonial; Qualificação dos docentes e trabalhadores não docentes; Perfil de entrada dos discentes; Ensino, investigação e extensão.

2. CONTEXTO NACIONAL E A FERTILIDADE PARA OS APELOS DA GLOBALIZAÇÃO

O Redimensionamento da então única Universidade pública em Angola - UAN e o surgimento das universidades privadas brindou aos angolanos maior acesso ao ensino superior. Isto foi e é visível quer do ponto de vista quantitativo, pelo aumento do número de instituições, das infra-estruturas e da população universitária, quer de docentes, trabalhadores não docentes e discentes. Do ponto de vista político e social, como resposta a demanda da sociedade pode-se afirmar sem medo de errar, que a solução e as vias escolhidas foram as melhores, ótimas.

A questão porém que se coloca chama-se qualidade do ensino superior. O conceito de qualidade é variável, discutível, dependendo do contexto, dos fundamentos e dos objectivos que se desejam alcançar. Por isto, muitos o têm como um conceito polissémico, de muitos significados. Falar de qualidade do ensino superior implica observar que nele estão implícitos aspectos subjectivos que se objectivam no saber ser, saber fazer e no saber estar, como vectores da qualidade de ensino superior.

No contexto de Angola, falar da qualidade do ensino superior sugere dois aspectos para a maioria dos observadores. A primeira é a existência das instituições de ensino superior com condições infra-estruturais existentes nos países onde podem ser identificadas instituições centenárias. É ter recursos humanos, com destaque para os docentes, com formação pós-graduada.

Os dois aspectos apontados abrem espaço para um contexto fértil a partir do qual, surgem vários apelos de cooperação e intercâmbio, na base da integração global, com propostas das diversas, tendo como bandeira a intenção de uma cooperação que possa alavancar o ensino superior e oferecer à ele a qualidade que se deseja.

Todavia, analisando perfeitamente este leque que propostas sob a cobertura da globalização e integração, percebe-se que no âmbito das infra-estruturas, muitas das propostas não obedecem os aspectos locais, quer do ponto de vista arquitectónico, como da sustentabilidade ambiental. Reproduz-se estruturas que são totalmente dependentes de recursos energéticos, como que não se trata-se de uma região tropical.

Do ponto de vista da reformação Pós-graduada, oferece-se uma gama de programas com uma quantidade de estudantes, não tendo em conta as restrições no número de orientadores, a selecção dos candidatos não leva em consideração as linhas de investigação. Observa-se uma reprodução da graduação do ponto de vista quantitativo ao nível de pós-graduação que deveria ser uma formação realmente avançada e de excelência.

É diante deste cenário que enquadra-se a análise da qualidade do ensino superior em Angola, como um país periférico que bate-se diante dos apelos da globalização.

3. QUALIDADE DO ENSINO SUPERIOR NOS PAÍSES PERIFÉRICOS –O CASO DE ANGOLA

Nesta comunicação deseja-se de forma clara distinguir o aspecto qualidade através de alguns eixos necessários para atender a exigência da sociedade, pois que é de lá que surge a demanda, e também os questionamentos sobre a qualidade de ensino superior. **Os eixos são:** Auto-gestão humana e a gestão de recursos humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais; Qualificação dos docentes e trabalhadores não docentes; Perfil de entrada dos discentes; Ensino, investigação e extensão.

Provavelmente para algumas pessoas, a presente comunicação seja algo distante da realidade do país. Todavia, analisando o discurso proferido pelo Presidente José Eduardo dos Santos, a quando da sua investidura de posse como Presidente eleito da República de Angola, pode-se ler: “Começámos por investir para aumentar a quantidade e agora impõe-se que haja mais investimento para **melhorar a qualidade do ensino** que é prestado nas nossas escolas e universidades” (ANGOP, 2012). Logo, a preocupação com a qualidade é de todos e é observada por todos.

Todavia, a questão da qualidade não é estática. Passados cerca de um ano do discurso de posse, o Presidente José Eduardo dos Santos retorna a questão qualidade do ensino superior e afirma no discurso sobre o estado da Nação o seguinte: “*A grande prioridade a este nível terá de ser também uma clara melhoria da qualidade do ensino ministrado e que o mesmo responda às necessidades do*

país, conforme previsto no Plano Nacional de Formação de Quadros” (ANGOP, 2013).

O **primeiro eixo, da Auto-gestão humana e a Gestão de recursos humanos, administrativos, financeiros e patrimoniais** pode se apoiar em Freire (2005), Beauclair (2006), Jacques Delors (2000) e Morin (2005), partindo pelo princípio que não há docência sem discência. **A gestão e auto-gestão humana** é ponto fulcral, que instiga cada um dos autores de uma sociedade, comunidade ou grupo, a reconhecer a legitimidade do outro, dando espaço de interação, privilegiando espaços de autonomia e autoria no pensamento, com possibilidades de criar e recriar o que leva a internalizar pilares como: aprender a aprender, aprender a conhecer, aprender a fazer, aprender a viver com os outros e aprender a ser, aliados a aprender a desaprender um conceito adicionado por Buza (2008).

Esses pilares são considerados norteadores para a educação no Século XXI no enfrentamento das incertezas e através delas, ensina-se a condição humana na terra do “eu” e de “outrem”. O aprender a desaprender significa dizer taxativamente, a construção, a desconstrução e reconstrução de conceitos na busca de caminhos para criar e recriar.

A convivência em sociedade requer um exercício de adaptação, de ajustamentos. Ninguém pode manter irredutível, nem tão pouco inflexível. Na convivência conjunta com os outros é preciso que cada um conheça as suas fronteiras, os seus limites, os seus direitos e deveres e entender que os outros também possuem não somente deveres, mais também directos. Estes direitos, por mais insignificantes que sejam, não podem ser usurpados, ou negados.

Cada actor do ensino superior deve respeitar estes direitos. Por exemplo, se o docente universitário precisa participar em eventos, fazer publicações científicas, que são deveres, é preciso que o gestor, crie condições para que este docente possa implementar estes deveres, que na outra face da moeda são direitos. O docente precisa de passagem para viajar ao local do evento cuja comunicação foi aprovada, precisa de alojamento, da alimentação. E a legislação angolana é clara nas questões de deslocações em missão de serviço.

O gestor precisa criar condições para que a instituição tenha uma publicação científica que seja ao menos de publicação anual, para que as actas, resumos ou comunicações apresentadas nos eventos institucionais, ao menos sejam publicadas.

Com isto são criadas condições para o docente cumprir o seu dever e também usufruir do seu direito.

O aspecto dos **recursos humanos** é tão importante que no discurso de posse também mereceu a atenção do presidente da República quando afirmou: *“Diz-se que a grandeza de uma nação não se mede apenas pelas potencialidades dos seus recursos naturais, mas também pela nobreza de carácter, pela atitude e pelas competências dos seus cidadãos que são de facto a base dinamizadora desses recursos”* (ANGOP, 2012). Pergunta-se, que recursos humanos estão disponíveis? Com que recurso humano deseja-se dinamizar o ensino superior? Qual a tendência da qualidade do recurso humano disponível. Para melhor qualificação e capacidade ou para pior? Quais as bases e indicadores éticos, qual o carácter desses recursos humanos?

Como falar em qualidade do ensino superior sem falar-se da qualidade dos recursos humanos. Qualidade do ponto de vista da ética e da moral. Qualidade do ponto de vista de habilidades e capacidades para o desempenho das suas responsabilidades, quer do ponto de vista administrativo, de docência, de investigação e da extensão universitária. Aqui refere-se aos gestores, aos docentes e os trabalhadores não docentes.

Será que a experiência da criação das universidades públicas com o redimensionamento, do ponto de vista do processo e não do objectivo foi a melhor do ponto de vista de gestão de recursos humanos? A experiência de muitas instituições criadas terem sido entregues à gestão de pessoas sem experiência administrativa universitária e académica, muitas das quais com níveis de formação inferior aos seus subordinados, foi a melhor?

O que dizer das novas unidades orgânicas que viram-se com um corpo docente maioritariamente de licenciados que passaram a assumir as cadeiras como regentes das cadeiras? Será que o processo de abertura para a contratação de docentes estrangeiros, respeitou e obedeceu em todos os contextos uma criteriosa e rigorosa selecção? São questões que carecem de resposta, à luz das palavras do Titular do poder Executivo.

Quanto ao aspecto da gestão administrativa, é um aspecto importante para se avaliar os pressupostos da qualidade do ensino. Vejamos. Quando surgiram as novas instituições, nenhuma delas tinha o seu estatuto orgânico aprovado. O que observou-se foi que quando os gestores desejam, seguem as normas

administrativas da então Universidade Agostinho Neto. Quando não os interessava, seguiam suas próprias normas. Como falar da qualidade de ensino sem ter-se criado as normas estatutárias. O que dizer da falta dos órgãos colegiais. Imaginemos a República de Angola apenas com o Titular do poder executivo. Existe uma grande lição do titular do executivo que deve ser seguida.

Mesmo com a guerra, nunca o parlamento foi encerrado, e uma certa força política mantinha a sua representação, mesmo tendo a outra parte dela fazendo guerra contra o poder legalmente constituído. Não se faz ciência e academia sem pluralidade de ideias e opiniões. A ciência é acima de tudo debate, isto é uma marca da academia.

De forma muito particular se pretende destacar a gestão financeira e patrimonial. Embora o ocidente se reestrutura neste paradigma vigente e busca formas de se estar no ensino superior onde a estrutura física já não é condição *sine qua non* para assegurar o processo de ensino-aprendizagem no ensino superior, os países periféricos, tomando como exemplo Angola, com menos de um década do acto de redimensionamento do ensino superior, tem necessariamente na estrutura física, uma *condição sine qua non*, necessária para o processo docente-educativo e indispensável para a tão almejada qualidade de ensino, de modos a proporcionar melhores condições de trabalho para os actores do ensino superior.

No discurso do Vice-presidente pode-se perceber o grande interesse no aspecto da Gestão. O vice-presidente considera necessário que as universidades adotem **modelos de gestão profissionalizados e especializados** para compreender e realizar a visão estratégica do país” (ANGOP, 2014).

No **segundo eixo**, que trata da **Qualificação dos docentes e trabalhadores não docentes**, deve-se ter em conta que, a qualificação e o aperfeiçoamento dos docentes e dos trabalhadores não docentes ocorre de várias formas sejam eles de curta e/ou longa duração podendo ser por vezes, cursos de capacitação, de agregação pedagógica, especializações, mestrados, doutoramentos e em termos de aperfeiçoamento o pós-doutoramento. Todavia, essas qualificações e formações de capacitação e/ou aperfeiçoamento devem ser elaborados, moldados e estabelecidos através do diálogo com o contexto local e global, baseados em princípios éticos e morais contextualmente aceites.

Mais uma vez a preocupação com a qualificação dos docentes, é expressa por quem recebeu o mandato do povo para dirigir os destinos do país quando

afirmará, “Deste modo, o Executivo vai desenvolver um programa de revisão do sistema educativo, centrado na eficácia do ensino, que leve em conta o **modelo curricular**, o **perfil de competências profissionais dos professores**, dos **formadores** e dos **educadores**, bem como o **sistema de gestão das escolas públicas**” (ANGOP, 2012).

Quanto ao **Perfil de entrada dos discentes**, aspecto que faz parte do **terceiro eixo**, é inteiramente aliado à qualificação do docente. Estes dois eixos formam a linha dura e são considerados como fortes indicadores da qualidade do ensino. Para a construção de destrezas e habilidades muito se depende da formação de base tanto do discente como do docente, já que, se espera que o ensino materializado na base esteja acoplado com conceitos de formação visando a cidadania e não apenas de pequenos cientistas.

O **quarto e último eixo** contempla o **Ensino, a Investigação e a Extensão universitária**. O ensino superior não pode ser visto como um espaço de aglomerado de pessoas e de prestação de serviços. Ele é sim um espaço de interação, de formação de consciências, de produção de conhecimento através do ensino, da investigação e da extensão universitária resultante da mobilização e aplicação dos conceitos apreendidos.

A responsabilidade social do ensino superior se processa nessa tríade. Descorando dela a Universidade através de ensino superior passa a ser um mero reprodutor de conhecimentos e prestador de serviços e bens de consumo e os diplomas meros requisitos burocráticos do tipo livre transito para acesso ao emprego ou para melhoramento de salários e promoções profissionais.

O facto de o Executivo ter de igual modo a mesma percepção sobre a qualidade do ensino superior observável na intervenção do Vice Presidente da República, a quando da abertura oficial o ano lectivo em 2014.

Tendo como lema “Por um ensino superior rumo à excelência”, o Vice Presidente da República salientou que com a melhoria dos dispositivos ao dispor do ensino superior, tais como laboratórios, equipamentos, bibliotecas e infra-estruturas académicas e sociais, as instituições estarão a altura de uma produção do saber e aprendizagem eficiente e eficaz, pressupostos importantes da qualidade do ensino superior.

Adiantou que, no entanto, este investimento de nada valerá se não for acompanhado da entrega profissional do corpo docente. Informou que, ansiosos

pela qualidade, ainda este ano serão aprovados diplomas legais, entre os quais os estatutos da carreira docente e especialista do ensino superior, e os seus estatutos remuneratórios, bem como os regulamentos das provas públicas do docente e de bolsas internas e externas.

Acredita – se, que tais medidas impulsionarão o salto exponencial de qualidade que se espera dos profissionais do sector, tendo como base a implementação do programa de **formação de recursos humanos do ensino superior**, tendo destacado a *ampliação da capacidade de produção científica*.

Em suas palavras, pode-se fazer um paralelo com os fundamentos aqui elencados, com destaque para a seguinte afirmação do Vice-presidente: “ É indiscutível o aumento qualitativo das instituições de ensino superior, mas não se deve deixar de assumir abertamente que se deseja que este aumento seja também evidente na melhoria da qualidade de ensino” (ANGOP, 2014).

4. CONCLUSÃO

Pode-se então concluir que a qualidade de ensino superior precisa ser vista de forma multifacetada, enquadrando o conceito ao contexto, evitando-se a excessiva análise de meras estatísticas recheadas do “verniz” moderno. O ensino superior deve extrapolar, os elementos do copiar colar e partir para outras dimensões pautadas na clareza, rigor visando a qualidade de ensino.

É preciso que as normas e normativas sejam produzidas e cumpridas. Mais a sua produção não deve ser guiada por mera intenção de excluir as conquistas da academia ou do mais precioso que o caracteriza, o direito de criar, de pensar, debater e de produzir conhecimento.

É preciso que as formulas e receitas “perfeitas” e “acabadas” de outras latitudes não sejam importadas em nome da globalização, internacionalização ou mundialização, sem que se analise com precisão, os efeitos desta nova espécie e seu impacto diante do contexto angolano.

5. BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

ANGOP (2012, Setembro. 12), *Discurso de Investidura do Presidente José Eduardo dos Santos*. Acedido Fevereiro, 23.2014 em <http://www.portalangop.co.ao>

ANGOP, (2013, Outubro 15), *Discurso de José Eduardo dos Santos, sobre o estado da Nação*. Acedido Fevereiro, 23.2014 em <http://www.portalangop.co.ao>

ANGOP, (2014, Fevereiro 21), *Discurso de Manuel Vicente, na cerimónia de abertura do ano lectivo 2014 no ensino superior*. Acedido Fevereiro, 23.2014 em <http://www.portalangop.co.ao>

BEAULAIR, J. (2006) - *Para Entender Psicopedagogia: perspectivas actuais, desafios futuros*. Ed.wak, RJ 2006.

BUZA, A. G. (2008) – Educação para a sustentabilidade. In. *Anais da Primeira Conferência Nacional das Ciências da Educação*. UAN. Luanda.2008.

MORIN, E. (2005) - *Os sete saberes necessários para educação do futuro*. Trad. De Catarina Eleonor da Silva, Jeanne Sawaya.SP: Cortez, 2005

FREIRE, P. (2005) - *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. SP: Paz e Terra, 2005

JACQUES D. (2000) - *Os quatros pilares da educação para o século XXI*. UNESCO, 2000.